

**LAVA JATO** Também foi alvo da denúncia o controlador do grupo ARG, Rodolfo Giannetti Geo

# Ex-presidente Lula é denunciado pelo MPF por lavagem de dinheiro

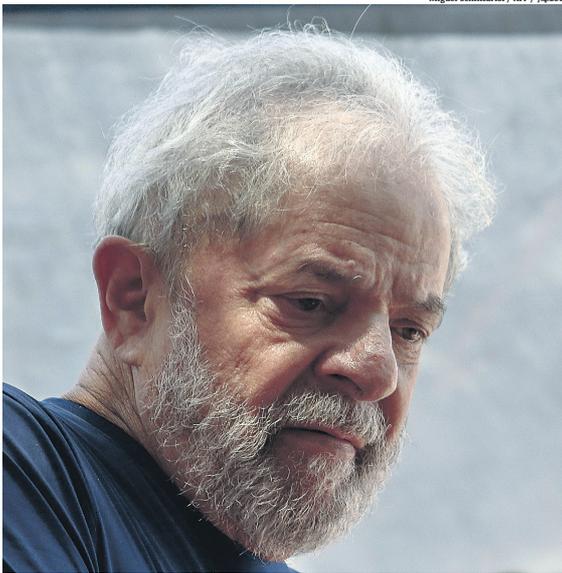
**DANIEL MELO**  
Agência Brasil, São Paulo

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por lavagem de dinheiro. Também foi alvo da denúncia o controlador do grupo ARG, Rodolfo Giannetti Geo, acusado ainda de tráfico de influência. Segundo os procuradores da Operação Lava Jato, Lula recebeu R\$ 1 milhão do empresário, através de uma doação para seu instituto, para influenciar as decisões do governador da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang, em favor do grupo brasileiro.

A denúncia está baseada em trocas e-mails envolvendo o ex-ministro do Desenvolvimento do governo Lula Miguel Jorge, a diretora do Instituto Lula, Clara Ant, além de Giannetti Geo. As provas foram recolhidas durante a busca e apreensão realizada na sede do instituto durante a Operação Aletéia, 24ª fase da Operação Lava Jato, em março de 2016.

## Mensagens

Em um e-mail de 5 de outubro de 2011, Miguel Jorge escreveu para Clara Ant dizendo que Lula tinha interesse em conversar com Geo sobre os empreendimentos na Guiné Equatorial e que o empresário estava disposto a fazer uma "contribuição financeira bastante importante". O empresário seria mais tarde o portador de cartas trocadas entre Lula e Obiang, que governa o país desde 1979.



Miguel Schincariol / AFP / 7.4.2018

**Petista teria recebido dinheiro para influenciar decisões na Guiné Equatorial**

## Doação ao Instituto Lula dissimularia recebimento de recursos de origem ilegal

Na mensagem enviada pelo ex-presidente brasileiro em maio de 2012, a ARG é mencionada como "empresa que já desde 2007 se familiarizou com a Guiné Equatorial, destacando-se na construção de estradas". Lula diz ainda, no mesmo texto, que acreditava que o país africano passaria a fazer parte da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). De acordo com o MPF, Obiang havia pedido a Lula para que falasse com a então presidente Dilma Rousseff para facilitar a inclusão da Guiné na CPLP. Em junho de 2016, a AGR fez uma doação de R\$ 1 milhão ao Instituto Lula. Se-

gundo os procuradores, foi pagamento ao ex-presidente por ter usado sua influência para obter vantagens para o grupo empresarial. Como Lula, tem mais de 70 anos, o crime de tráfico de influência prescreveu. No entanto, o registro como doação é, na denúncia do MPF, uma forma de dissimular o recebimento de recursos de origem ilegal, configurando assim lavagem de dinheiro.

## Defesa

Em nota divulgada ontem, o advogado de Lula, Cristiano Zanin Martins, classificou a denúncia como "continuidade a uma perseguição política". De acordo com o defensor do ex-presidente, não existem elementos que demonstrem que Lula tenha cometido qualquer ilegalidade.

"A acusação foi construída com base na retórica, sem apoio em qualquer conduta específica praticada pelo ex-Presidente Lula, que sequer teve a oportunidade de prestar qualquer esclarecimento sobre a versão da denúncia antes do espetáculo que mais uma vez acompanhava uma iniciativa do Ministério Público — aniquilando as garantias constitucionais da presunção de inocência e do devido processo legal", diz o comunicado.

O advogado disse ainda que espera que a Justiça rejeite a denúncia. A reportagem não conseguiu contato com a defesa do empresário Rodolfo Giannetti Geo.

## DISCUSSÃO

### STF deve julgar prisão após 2ª instância entre março e abril

**AMANDA PUPO E TEO CURY**  
Estadão Conteúdo, Brasília

O plenário do STF deve julgar entre março e abril de 2019 as ações que tratam da prisão após condenação em segunda instância na Justiça, segundo apurou o Broadcast Político/Estadão. Como adiantado pelo Broadcast em julho, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, preferiu deixar a questão para o próximo ano, em busca de evitar pautas polêmicas em ano eleitoral. A retomada da discussão tem influência direta no caso do ex-presidente Lula, que foi detido a partir de entendimento firmado pelo STF em 2016 que autoriza a execução antecipada da pena. Ele teve a pena confirmada em janeiro e foi levado à prisão em abril deste ano.

Até o julgamento de mérito das ações que tratam do tema de forma geral, em 2019, o plenário do STF pode manter ou derrubar a decisão que permite a prisão de condenados em segunda instância, ou seja, que réus sejam detidos antes do esgotamento de todos os recursos disponíveis na Justiça.

Com o entendimento que possibilita a execução antecipada da pena tomado em placar apertado, existe a possibilidade do plenário do STF, na nova discussão, decidir de forma contrária a prisão em segunda instância. A alteração é especulada desde que o ministro Gilmar Mendes, que em 2016 votou favoravelmente a execução antecipada, mudou de posição.

## REGISTRO ESPÚRIO

# Juíza torna Roberto Jefferson réu

**BRENO PIRES**  
Estadão Conteúdo, Brasília

A juíza federal substituta Pollyana Kelly Maciel, da 12ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, aceitou denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República e colocou no banco dos réus o presidente do PTB, Roberto Jefferson, o ex-ministro do Trabalho

Helton Yomura e mais 18 servidores e ex-servidores da pasta. O grupo é acusado de participar de organização criminosas que atuava em negociações ilícitas de registros sindicais, alvo da Operação Registro Espúrio.

De acordo com a Procuradoria-Geral da República, as negociações consistiam na cobrança de vantagens indevidas - como o paga-

mento a servidores públicos, apoio, financiamento e votos aos partidos/agentes políticos - em troca da concessão fraudulenta de registro sindical. Em seu despacho, a magistrada afirmou que a denúncia descreve "de modo claro e objetivo" os fatos imputados aos acusados.

Além de Jefferson e Yomura, são acusados servidores e ex-servidores que, de acor-

do com a Procuradoria-Geral da República, eram os responsáveis pela condução direta dos processos com pedidos de registros sindicais, escutando pareceres ilícitos para favorecer as entidades indicadas pelos acusados. Procurados ontem para falar sobre a decisão da Justiça, os investigados não responderam até a conclusão desta edição.



Valter Campanato / Agência Brasil / 16.2017

**Jefferson teria participado de organização criminosas**

## Governo verde-oliva



**Eliane Cantanhêde**  
jornalista

Tai, essa ficou difícil de entender no futuro governo Jair Bolsonaro: um general na articulação com o Congresso? Duas explicações plausíveis: ou vai mudar tudo ou pôr um general lá para intimidar deputados e senadores e inibir pedidos de verbas e cargos que os militares - como, de resto, a sociedade - consideram pouco republicanos.

É assim que o futuro governo "não é militar", como dizem generais, brigadeiros

e almirantes, mas cada vez mais vai assumindo o jeito, a cara, a cor e o cheiro dos militares do Exército, que somam sete no primeiro escalão, por ora.

Além do próprio presidente, que passou para a reserva como capitão, temos o vice Hamilton Mourão, general de Exército (quatro estrelas) que saiu recentemente do Alto Comando e ainda tem um pé, e amigos, lá dentro.

Também general de quatro estrelas da reserva, Augusto Heleno não apenas tem muita influência sobre Bolsonaro como foi deslocado da Defesa para o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para ficar

bem perto do gabinete do presidente e com acesso à maior fonte de poder: informação.

Entram para a linha de frente do governo também os generais Fernando Azevedo Silva, na Defesa, Carlos Alberto Santos Cruz, na Secretaria de Governo, e Joaquim Brandão, a ser anunciado para a Infraestrutura, juntando Transportes e Comunicações.

E tem mais: um dos homens fortes na formação do projeto de poder é o general Sérgio Etchegoyen, atual chefe do GSI, homem inteligente, preparado, de grande linhagem militar e boa capacidade de articulação com políticos e sociedade civil. Não faz sentido deixá-lo fora do governo. Só falta saber exatamente onde se

encaixará.

Uma falha na montagem é o excesso de verde-oliva, ou seja, de Exército, e a ausência do branco da Marinha e do azul da Aeronáutica, que teve uma espécie de prêmio de consolação: o futuro ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, é tenente-coronel da reserva da Aeronáutica e formado em engenharia pelo ITA, o instituto de excelência da

Força Aérea. Mas ele não foi escolhido por nada disso, mas por ser astronauta, uma estrela.

O Palácio do Planalto e seu anexo (onde é a vice-presidência) vão ficar lotados de militares, mas, além do incombodo nas duas outras Forças, há um outro problema: os civis, Gustavo Bebianno (Secretaria Geral) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil) não estariam ficando assfixados nessa composição?

Lorenzoni já está perdendo a coordenação dos ministérios para o vice Mourão e nunca se viu vice coordenar ministros. Além disso, ele pode estar sofrendo novo ataque especulativo, porque atua desde já como articulador político do governo, promovendo encontros, almoços e jantares com lide-

res partidários, mas o secretário de Governo, que será o general Santos Cruz, é que vai coordenar os projetos. Até onde vai a atuação de um e até onde vai a do outro? Não está claro.

Essa questão é chave para o êxito do futuro governo, que assume com um baita rombo nas contas públicas, já levou uma lambada do Senado com o aumento dos salários dos ministros do Judiciário (sancionado ontem por Temer) e pode ficar refém de um Congresso sempre subordinado, que sabe usar o seu poder e já ameaça impor nova derrota a um governo que nem começou.

Em 2017, muitos parlamentares negociaram suas dívidas com o governo obtendo descontos de até 90% de juros e 70% de multas. Quem sai perdendo é o Tesouro. E o Estado alerta que os congressistas de 2019 tem R\$ 660 milhões de dívidas com a União, a começar de Jader Barbalho (R\$ 135 milhões). Ou a articulação política do Planalto joga unida, azetada e competente, ou vem ai mais uma derrota. Ai, já pode esquecer a reforma da Previdência.

SERVIÇO DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL DE JUAZEIRO - SAAC  
CONCORRÊNCIA 03/18. Objeto: serviços de coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos no município. Dia 31/12/18, às 8:30h. Edital: nº 17.904/18/00000000 ou saac.llicitacoes@gmail.com. Agência Santos Squitira, Pres. da CPL.

## LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Leilão: 07/12/2018 às 10h20 | 2º Leilão: 14/12/2018 às 10h20

Fiduciário: ITAU UNIBANCO S/A - Fiduciários: EDUARDO BARBOZA ALVES FERREIRA e s/m ADRIANE ALVES DOS SANTOS FERREIRA

**LOTE 01 - APARTAMENTO - SALVADOR/BA - PAU DA LIMA**  
Apartamento designado pelo nº 104 da Rua A, nº 301-C, Bloco 13, com 47,19m², localizado no Parque Residencial Colina Azul II, loteamento denominado Parque Rural Ascensão, em Pau de Lima, Sub-Distrito de Prajea, Salvador/BA, imóvel objeto de Matrícula nº 46.628 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Salvador/BA.  
1º Leilão - Lance mínimo: R\$ 154.132,56 | 2º Leilão - Lance mínimo: R\$ 183.891,53

MAIS INFORMAÇÕES: (11) 2388-8283 | www.ZUKERMAN.com.br

## PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREÇO ELETRÔNICO Nº 30816033.2018.PE.0170.SENACI

Objeto: Aquisição de uma (01) planta piloto para produção de cerveja, um (01) biorreator de produção de fármacos e um (01) biorreator de bioprocessos, de acordo com o edital e seus anexos.

Data de Abertura: 06/12/2018 às 09h30min, horário local.  
Retirada do Edital no Site do Portal de Compras: <http://compras.fieb.org.br>  
Informações através do e-mail: [cmsttec-npqaq@fieb.org.br](mailto:cmsttec-npqaq@fieb.org.br)

Salvador, 27/11/2018  
Comissão Especial de Licitação